

Turismo Cultural no Recôncavo Baiano: panorama das organizações de Cachoeira, Bahia, Brasil

Lúcia Maria Aquino de Queiroz^aDiomira Maria Cicci Pinto Faria^b

Resumo

Este artigo objetiva analisar as organizações do turismo cultural da cidade de Cachoeira, localizada no Recôncavo Baiano. Compreendendo a complexidade que envolve o desenvolvimento do turismo e acreditando que os territórios, seus atores sociais e organizações devem ser capazes de conceber e promover formas de turismo que melhor atendam suas necessidades e objetivos de desenvolvimento, busca aprofundar o conhecimento sobre um recurso fundamental ao êxito do turismo cultural em um dado destino: as organizações locais direcionadas à atividade. Em termos metodológicos investiga o perfil, desafios, avaliações e parcerias travadas pelas organizações de Cachoeira, utilizando-se da técnica da “Bola de Neve” (snowball), em que, sucessivamente, um ator indica outro participante. Em seguida, através da Análise de Redes Sociais, realiza mapeamento da dinâmica dessas relações em um determinado período de tempo. Observa, através dos levantamentos realizados, que no Brasil, mesmo em cidades patrimônio nacional, o turismo cultural não é percebido e tratado como prioridade pelos gestores locais e que, de forma geral, as gestões públicas ainda necessitam apoiar mais intensamente esta atividade. Compreende que, através do incremento das ações em parceria, organizações e atores sociais podem se fortalecer e alcançar maior protagonismo nas decisões que permeiam a atividade, sendo este um possível caminho para que o turismo possa expandir-se trazendo uma maior contribuição ao desenvolvimento de espaços urbanos no Brasil.

Palavras-chave: Desenvolvimento, Cultura, Turismo Cultural, Organizações, Cachoeira.

Abstract

Cultural Tourism in the *Recôncavo* Region (State of Bahia): panorama of the organizations of Cachoeira, Bahia, Brazil

This article aims to analyze cultural tourism organizations in the city of Cachoeira, located in *Recôncavo Baiano*. Understanding the complexity involved in the development of tourism and believing that territories, their social actors and organizations must be able to conceive and promote forms of tourism that best meet their needs and development goals, it seeks to deepen knowledge about a fundamental resource for success of cultural tourism in a given destination: local organizations directed to the activity. In methodological terms, it investigates the profile, challenges, assessments and partnerships held by the organizations of Cachoeira, using the “Snowball” technique, in which, successively, an actor indicates another participant. Then, through the Social Network Analysis, it maps the dynamics of these relationships in a given period of time. Observes, through the surveys carried out, that in Brazil, even in national heritage

a. Pós-doutora em Estudos do Lazer pela Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, Minas Gerais, Brasil. Docente do Programa de Mestrado em Políticas Sociais e Território e Serviço Social na Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, Cachoeira-BA, Brasil. E-mail: luciamaqueiroz@yahoo.com.br

b. Pós-doutora em Economia pela Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, Minas Gerais, Brasil. Docente do curso de Turismo na Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, Minas Gerais, Brasil. E-mail: diomira@uol.com.br

cities, cultural tourism is not perceived and treated as a priority by local managers and, in general, public administrations still need to support this activity more intensely. It understands that, through the increase of the actions in partnership, organizations and social actors can be strengthened and reach greater protagonism in the decisions that permeate the activity, this being a possible way for the tourism to expand bringing a greater contribution to the development of urban spaces in Brazil.

Keywords: Development, Culture, Cultural Development, Organizations, Cachoeira.

Resumen

Turismo Cultural en el *Recôncavo Baiano*: panorama de las organizaciones de Cachoeira, Bahia, Brasil

Este artículo tiene como objetivo analizar las organizaciones de turismo cultural en la ciudad de Cachoeira, ubicada en *Recôncavo Baiano*. Al comprender la complejidad involucrada en el desarrollo del turismo y creer que los territorios, sus actores sociales y organizaciones deben poder concebir y promover formas de turismo que satisfagan mejor sus necesidades y objetivos de desarrollo, busca profundizar el conocimiento sobre un recurso fundamental para el éxito del turismo cultural en un destino determinado: las organizaciones locales dirigidas a la actividad. En términos metodológicos, investiga el perfil, los desafíos, las evaluaciones y las asociaciones mantenidas por las organizaciones de Cachoeira, utilizando la técnica de "Bola de nieve" (snowball), en la cual, sucesivamente, un actor indica a otro participante. Luego, a través del Análisis de Redes Sociales, mapea la dinámica de estas relaciones en un período de tiempo determinado. Observa, a través de las encuestas realizadas, que en Brasil, incluso en las ciudades del patrimonio nacional, el turismo cultural no es percibido y tratado como una prioridad por los administradores locales y que, en general, las administraciones públicas todavía necesitan apoyar esta actividad con mayor intensidad. Comprende que, a través del aumento de las acciones en asociación, las organizaciones y los actores sociales pueden fortalecerse y alcanzar un mayor protagonismo en las decisiones que impregnan la actividad, esta es una posible forma de expansión del turismo que aporta una mayor contribución al desarrollo de espacios urbanos de Brasil.

Palabras clave: Desarrollo, Cultura, Turismo Cultural, Organizaciones, Cachoeira.

INTRODUÇÃO

Atividade econômica e fenômeno social de caráter contemporâneo, o turismo tornou-se, nas últimas décadas, um campo de atuação cada vez mais amplo, articulado com setores como alojamento, transportes, comunicação, entretenimento, esportes, alimentação, eventos, agências de viagem, entre outros. Sofreu, simultaneamente, os efeitos da globalização e da regionalização. Segmentou-se, recorrendo aos diferenciais dos territórios na conformação das suas novas modalidades: turismo rural, cultural, religioso, de aventura, náutico, de negócios, dentre outros. Tornou-se um elemento fundamental à competitividade de centros urbanos, em especial dos espaços privilegiados de concentração criativa, simbólica e produtiva.

Hoje, diante das múltiplas funções e significados assumidos pelas cidades, enquanto espaços de produção, de consumo, cenário simbólico de representações, de práticas de ócio para os seus habitantes e espaço consumido como produto turístico, já não se pode mais pensar em desenvolvimento urbano, políticas públicas e privadas, sustentabilidade e requalificação de áreas históricas degradadas sem que o turismo seja contemplado no contexto da análise.

As expectativas para com o desenvolvimento do turismo urbano são muitas vezes extremamente amplas, e não apenas para as cidades situadas em países considerados em desenvolvimento e, portanto, mais carentes de estruturas socioeconômicas. Também em países desenvolvidos espera-se que o desenvolvimento do turismo urbano possa reequilibrar a economia urbana gerando atividades novas e regenerando áreas degradadas. Mas, para que o turismo possa expandir-se resultando em benefícios para as localidades e até mesmo possibilitando a revitalização de áreas urbanas, será necessário um conjunto de fatores favoráveis.

O que se tem verificado com uma maior frequência é que a expansão do turismo urbano vem ocorrendo de forma desestruturada, ocasionando novas dificuldades. Dentre estas é possível observar: significativos impactos sobre a infraestrutura urbana, o sistema de transportes, de abastecimento de água, de saneamento, dentre outros; maior atração da população de baixa renda, que migra em busca de oportunidades no turismo e, a contradição entre os interesses das empresas de turismo e a comunidade residente.

Observa-se que a busca de uma maior atratividade pelos centros urbanos e turísticos não necessariamente conduz ao crescimento econômico. Esse fenômeno pode, em contraposição, aguçar as diferenças regionais e mesmo as existentes entre espaços internos a um centro urbano, privilegiando algumas áreas em detrimento de outras, ou ainda comprometer o sistema ambiental. O desenvolvimento econômico a partir do turismo requer uma intensa articulação entre os recursos territoriais e as forças externas ao destino, sejam estas de caráter político, legal, tecnológico, ambiental, etc., de forma a que o território possa obter uma mais ampla oportunidade de desenvolvimento turístico.

A opção deste trabalho pelo estudo de caso da cidade de Cachoeira deve-se ao fato desta apresentar um conjunto significativo de recursos, representados, sobretudo, pelos seus atrativos histórico-culturais, que a permitiram obter o título de cidade patrimônio nacional, mas ainda vivenciar problemas os mais diversos, que a impedem de alcançar um maior êxito no desenvolvimento do turismo cultural. Ciente da complexidade que envolve a atividade turística se buscou aqui um caminho não tradicional, de fortalecimento de um recurso valioso e ainda frágil na cidade em análise, as organizações locais direcionadas ao turismo cultural.

O artigo inicia com uma análise da temática do desenvolvimento turístico, base para as reflexões realizadas, posteriormente, com o suporte das informações coletadas em pesquisa direta, aprofunda o conhecimento sobre as organizações do turismo cultural de Cachoeira, identificando o perfil, entraves, avaliações dos poderes públicos e relações de parceria na rede do turismo cultural. Por fim, diante da percepção da carência de uma mais ampla atuação dos poderes públicos na cidade patrimônio, indica o fortalecimento da rede local, a partir dos protagonismos das organizações/atores presentes no destino turístico, como fundamental à realização de mudanças necessárias ao processo de desenvolvimento do turismo local.

REFERENCIAL TEÓRICO: TURISMO, TERRITÓRIO E DESENVOLVIMENTO

Desenvolvimento é um termo ambíguo que pode tanto representar um processo, algo em andamento, como o resultado de um processo, quando se alcança

o objetivo de se desenvolver. Além disto, o termo ganha vários adjetivos como desenvolvimento econômico, humano, sustentável, responsável, turístico, ambiental, dentre muitos, em uma tentativa de especificar campos de estudo (Faria, 2017). Se os seus objetivos forem compreendidos enquanto a promoção da melhoria da qualidade de vida das pessoas, o aumento dos seus níveis de autoconfiança e organização (Chavoya, Morales & Rendón, 2018) irá pressupor mudança e reconstrução social, valorização dos recursos do território, fortalecimento das suas instituições e organizações, das redes de parcerias travadas pelos atores locais e outros. Face a esta complexidade, deve-se conceituar adequadamente o termo desenvolvimento e atribuir-lhe a especificidade pretendida, ou seja, pontuar de qual desenvolvimento se está tratando. Uma vez cumprida esta prerrogativa, pode-se avançar um pouco mais no tema aqui proposto e indagar: poderá o turismo contribuir para o desenvolvimento econômico em âmbito local ou regional?

Essa é uma discussão antiga, iniciada no meio acadêmico há longas décadas, com amplas contribuições das diversas correntes das ciências sociais. Nos anos 1950, o geógrafo alemão Walter Christaller (1995) priorizando a perspectiva locacional do turismo, considerou esta atividade como um possível meio para se alcançar o desenvolvimento econômico em regiões periféricas, dada a transferência de recursos das áreas centrais para as periféricas, fruto da atração de turistas desejosos por conhecer novas localidades, distantes e diferentes do seu habitat. Christaller (em Silva, 2003, p. 18).

Comentando o modelo de Christaller, Vera (1997) chama atenção ao fato deste autor enfatizar na sua obra a dependência da evolução do espaço turístico em relação a três fatores chaves: i) as mudanças nas preferências e necessidades dos visitantes; ii) a degradação do meio físico e das infraestruturas e iii) as mudanças das atrações originais naturais e culturais Christaller, (em Vera, 1997, p. 234). E assim como Christaller, Vera (1997) defende as possíveis contribuições do turismo para o desenvolvimento econômico, indicando, entretanto, caminhos para que sejam evitados os decorrentes problemas da expansão dessa atividade em um território.

Conforme Vera, o desenvolvimento turístico pode ser concebido enquanto “um ponto de arranque para a correção de desequilíbrios espaciais”, uma vez que esta atividade tem a capacidade de “gerar processos de reorganização espacial, mediante a criação de infraestrutura e configuração de verdadeiros eixos de centralidade do território” (Vera, 1996, p. 89). O cumprimento dessa função pelo turismo irá requerer, primeiramente, que se ultrapasse a visão do território como mero suporte, incorporando-o enquanto o principal argumento da oferta turística. E, em adição, que junto a esta nova percepção seja adotada a planificação territorial da atividade.

Outra visão favorável à relação turismo e desenvolvimento econômico pode ser evidenciada na obra de Silva (2003, p. 62). Neste caso, o autor, considerando a dependência do turismo em relação a um plano externo, defende o princípio que denomina por “territorialização turística”, compreendido enquanto a valorização dos fatores endógenos do desenvolvimento econômico, de forma articulada à ação dos fatores exógenos. Para Silva (2003), a ocorrência do desenvolvimento turístico enquanto “[...] um processo de mudanças que permita superar problemas e construir uma sociedade mais justa, com significativa redução da pobreza, e vivendo com mais qualidade de vida [...]” irá requerer a integração local-global.

Ou seja, irá pressupor tanto uma articulação com fluxos procedentes de outras localidades, como uma integração territorial, também compreendida como a capacidade de organização social e política dos territórios – envolvendo um projeto social, a interação sociopolítica, de identidade e de laços de coesão.

Dentre os estudiosos que consideram os possíveis benefícios do turismo, mas apresentam adendos ou contribuições críticas à sua relação com o desenvolvimento econômico, merece menção o trabalho de Wilson Rabahy (2003). Em livro publicado tendo esta como temática principal, Rabahy analisa o turismo enquanto uma atividade econômica peculiar, porém, intimamente relacionada com a renda e outros fatores socioeconômicos, levando a que sua expansão não apresente os resultados redistributivos esperados (Rabahy, 2003, p. 16 e 26). Para o autor, os impactos do turismo nas condições econômicas e sociais se manifestam de forma diferenciada conforme as características e tipicidade de cada localidade, e, em função do efeito multiplicador da renda, tendem a ser mais expressivos em países desenvolvidos do que naqueles considerados em desenvolvimento (Rabahy, 2003, p.55).

De modo geral, a relação turismo e desenvolvimento econômico tem sido enaltecida, referendada, questionada, mas, também não passou incólume perante visões mais negativas. Uma crítica contundente ao caráter produtor de dependência do turismo pode ser observada na obra de Ouriques, autor que também considera esta como uma atividade fetichista, reforçadora do colonialismo. Para Ouriques (2005), o turismo é concebido de forma extremamente benéfica e grande parte das críticas a este dirigidas estão voltadas à sua massificação, em dada medida, acreditando ser possível uma conciliação entre esta atividade, o meio ambiente e a sustentabilidade. Mas, o autor relembra tratar-se de uma atividade econômica inserida em um sistema capitalista, que reproduz a lógica do capital e, portanto, do enriquecimento privado, da exploração e da alienação.

No seu livro *A Produção do Turismo Fetichismo e Dependência*, é Ouriques quem apresenta um aporte fundamental para a temática em estudo, sintetizando a contribuição da produção científica na análise do *setor*, e permitindo a sua extrapolação para a abordagem da relação turismo e desenvolvimento econômico. Esta passa a ser categorizada em quatro distintas correntes. A liberal, pautada em preceitos neoclássicos, vê a natureza como fator de produção, identicamente ao capital e trabalho, defendendo o Estado mínimo e a atuação do mercado como a melhor forma de distribuição eficiente dos recursos; a do planejamento estatal que concebe o Estado como principal promotor da atividade econômica, via planejamento e financiamento das mesmas; a pós-moderna, pautada em um conjunto teórico diversificado, que acredita no turismo e desconecta as suas características do contexto social em que está inserido, e a corrente crítica, que se diferencia das demais por não buscar o desenvolvimento econômico pelo turismo, procurando compreender a sua complexidade, correlacionando lugar, espaço, natureza e capital (Ouriques, 2005, p. 69-88).

De forma semelhante à Ouriques, Faria (2017) também define quatro abordagens teóricas sobre as contribuições do turismo ao desenvolvimento econômico, utilizando como arcabouço teórico as denominadas teorias do desenvolvimento econômico. A primeira, conhecida como teoria da modernização, concebe o desenvolvimento econômico como sinônimo de crescimento econômico alicerçado no conceito de progresso como uma evolução constante e em etapas em busca de

um objetivo a ser alcançado Rostow (em Faria, 2017, p. 45). A segunda, a teoria da dependência, formulada nos anos 1960, especificamente por pesquisadores da Comissão Econômica para o Desenvolvimento da América Latina - CEPAL, quando se percebe a inadequação do corpo teórico baseado na teoria da modernização para explicar as persistentes desigualdades sociais entre os países centrais (ou desenvolvidos) e os periféricos (subdesenvolvidos), conforme Faria (2017, p. 47). Furtado (1985) explica: “o subdesenvolvimento tem suas raízes numa conexão precisa, surgida em certas condições históricas, entre o processo interno de exploração e o processo externo de dependência” (Furtado, 1985, p. 94). Preconiza a atuação do Estado como agente fundamental ao desenvolvimento econômico. Pode-se inferir que o turismo, dentro deste arcabouço teórico, principalmente o turismo internacional é visto dentro de uma ótica de dependência, sendo os países subdesenvolvidos a “periferia do prazer” dos cidadãos dos países desenvolvidos.

A corrente neoliberal, seguindo Faria (2017) ao ser aplicada ao turismo leva ao prevaletimento da ideia de inserção desta atividade no mercado global, e à percepção do turismo internacional como contribuição ao desenvolvimento econômico de países subdesenvolvidos, devido a entrada de divisas ao país receptor de turismo. Revertido de uma “nova roupagem”, o modelo neoliberal, incorpora uma participação ativa das agências de fomento multilateral, que desde os anos 1960 iniciam amplos investimentos na infraestrutura de países menos desenvolvidos visando o suporte ao capital privado, geração de emprego e renda, a exemplo do Programa de Desenvolvimento do Turismo do Nordeste brasileiro (PRODETUR-NE), implementado na década de 1990 (Faria, 2017, p. 68-69).

A última corrente apresentada por Faria (2017), denominada de teorias do desenvolvimento alternativo, engloba diversos eixos teóricos, dentre os quais o desenvolvimento sustentável, com seus três pilares centrais: desenvolvimento econômico, desenvolvimento social e proteção ambiental; o desenvolvimento endógeno ou local, dentre outros. Frente a esses teóricos o Estado passa a desempenhar papel fundamental, junto com o setor privado, e princípios como integração territorial, sustentabilidade cultural, turismo de pequena escala passam a ser defendidos, assim como o uso da tecnologia enquanto solução aos problemas decorrentes do crescimento econômico. Faria identifica neste grupo a presença de correntes de pensamento preocupadas no atendimento ao discurso de agências multilaterais como, por exemplo, na formulação do conceito de desenvolvimento sustentável que preconiza que o crescimento econômico é compatível com a preservação ambiental e a qualidade de vida dos anfitriões, não revelando que qualquer produção econômica utiliza recursos ambientais como insumos, já sendo uma atividade intrínseca de degradação ambiental; a condenação ao turismo de massa e o enaltecimento da pequena escala (Id, p. 69-71).

Essa breve síntese histórico-conceitual permite ratificar a ideia apresentada da complexidade que envolve o termo desenvolvimento e, principalmente, as possibilidades de o turismo desencadear esse processo. Uma alternativa ao tratamento dessa questão é, primeiramente, evidenciar a percepção do turismo enquanto uma atividade econômica inserida no modo de produção capitalista. E parafraseando Cañada e Gascón (em Faria, 2017, p. 98), perceber que esta atividade pode trazer benefícios, contribuindo ao desenvolvimento econômico local ou de uma região, mas, também trará um conjunto de impactos negativos;

o caminhar em uma ou outra direção dependerá, em grande medida, do modelo de turismo que se pretende desenvolver e da sua forma de gestão.

De modo geral, compreende-se aqui o turismo, e, sobretudo, o urbano cultural, objeto desse estudo, como uma atividade econômica que envolve um deslocamento e, portanto, uma relação espaço-tempo-movimento, e abarca uma prática social coletiva geradora de atividades e manifestações econômicas, “com influência em todos os setores da vida coletiva: nas instituições, nas mentalidades, nas concepções de identidade e até na ideia que a sociedade faz de si mesma” Lafant (em Vera, 1997, p.51). Mas, também, enquanto uma atividade correspondente a apenas uma das funções da cidade (Allis, Vargas, 2015, p. 500), que atribui ênfase especial ao território, compreendido como um elemento identitário, em uma visão próxima ao conceito de “território usado” de Milton Santos (2005, p. 8), aquele que representa “o fundamento do trabalho; o lugar da residência, das trocas materiais e espirituais e do exercício da vida”.

O presente artigo não pretende apresentar modelos e soluções pré-definidas para o turismo cultural dessa localidade. Como ressalta Sharpley (2009) os destinos devem ser capazes de desenvolver e promover formas de turismo que melhor atendam suas necessidades e objetivos econômicos, seja um turismo tradicional de sol e praia, turismo cultural de baixo volume e alto valor ou outro definido. Os recursos específicos do território são de propriedade do mesmo, compreendidos e percebidos de maneiras específicas pelos diversos agentes ou atores de um determinado lugar ou território, aqui sinônimo de destino. Portanto, cabe ao destino decisões sobre quais recursos devem ser explorados para o turismo e até que ponto estes devem permanecer sob sua responsabilidade (Sharpley, 2009, p. 177-178).

O grande desafio da proposta de Sharpley (2009) envolve, a princípio, a compreensão de quais serão os agentes do destino responsáveis pela definição do modelo de turismo que pretendem desenvolver. O autor propõe que essa definição seja variável, a depender das especificidades de cada destino. Em alguns casos, a coordenação do processo pode estar sob a responsabilidade do setor público, com um capital político mais expressivo para assumir a liderança, em outros, pode ser atribuída a estruturas institucionais, sistemas políticos predominantes, organizações ou até à elite local. Assim como a sustentabilidade, o planejamento e o processo de tomada de decisões são vistos como inerentes a cada realidade. Na cidade histórica de Cachoeira, a atenção restrita dispensada pelos gestores locais ao turismo cultural reforça a percepção da necessidade de fortalecimento das organizações locais de modo a que estas possam assumir a condição de agente impulsionador de mudanças no turismo cultural.

CACHOEIRA – TERRITÓRIO OBJETO DO ESTUDO DE CASO

Cachoeira, cidade localizada no Recôncavo Baiano outrora um grande centro de manufatura de exportação da Bahia, graças à produção de cana-de-açúcar e fumo, é detentora de valioso patrimônio histórico e artístico que resistiu ao tempo, em parte, devido à própria estagnação econômica na qual a região imergiu desde meados do século passado. Banhada pelas águas do Paraguaçu, seus casarios, igrejas, museus e monumentos, saberes e fazeres das suas comunidades sobreviveram às enchentes deste rio que desemboca na Baía do Iguape,

à decadência econômica, ao descaso das políticas públicas estaduais e municipais, direcionadas, sobretudo, ao turismo e à cultura (ver Queiroz, Souza, 2009). Há que se ressaltar, porém, no que se refere às políticas federais, que desde a criação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN) e, de forma mais acentuada nos anos de 1970, Cachoeira foi contemplada com medidas de preservação e proteção do patrimônio material, sem, contar, entretanto, com ações complementares direcionadas ao despertar da população local para a necessidade de valorização e conservação dos bens culturais (Rodrigues, 2009).

A cidade de Cachoeira vivencia na contemporaneidade um novo processo de crescimento, desencadeado através de duas grandes intervenções, sendo a primeira o Programa Monumenta, de recuperação sustentável do patrimônio histórico urbano brasileiro sob tutela federal, resultante de Contrato de Empréstimo entre o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e o governo brasileiro e implementado em parceria entre o Ministério da Cultura (MinC) e a Unesco (Queiroz, Souza, 2009, p. 32). E a segunda, a implantação do Campus de Artes, Humanidades e Letras (CAHL) da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB), que impulsionou o crescimento e a circulação do fluxo de pessoas na cidade, consumidores dos mais diversos produtos e serviços, e, por extensão, propiciou um maior dinamismo às atividades econômicas, artísticas e culturais.

Tombada pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), em 1971, e considerada Monumento Nacional, Cachoeira é depois de Salvador a cidade baiana que reúne o mais importante acervo arquitetônico no estilo barroco. O casario, igrejas, conventos, prédios históricos, dentre outras construções edificadas nos séculos XVII e XVIII preservam a imagem do Brasil Império, período em que o comércio e a fertilidade do solo fizeram de Cachoeira a vila mais rica, populosa e uma das mais importantes do Brasil. A antiga vila, respira hoje história e cultura. Seu patrimônio material, as referências culturais dos seus grupos comunitários, os saberes, a hospitalidade, o heroísmo do seu povo, a religiosidade, a devoção católica, os seus candomblés, conhecidos, reconhecidos e reverenciados como uns dos mais autênticos representantes da cultura de origem africana na Bahia (Queiroz, Souza, 2009, p. 285), sua gastronomia, tradições e manifestações populares, o samba de roda, a Esmola Cantada, o São João, a Festa da Boa Morte e a de Nossa Senhora D'Ajuda, as filarmônicas, os seus festivais de documentários e mostras de cinema, a Festa Literária Internacional de Cachoeira (FLICA), dentre outras, compõem um caldeirão cultural singular.

O centro urbano de Cachoeira, objeto desse estudo, possui, de fato, ampla potencialidade para o desenvolvimento do turismo cultural. Entretanto, refletindo a realidade da carência de planejamento turístico e políticas públicas contínuas direcionadas à cidade, o fluxo turístico de Cachoeira é ainda extremamente sazonal, com maior frequência nas festas e eventos locais. Ainda são inúmeros os problemas vivenciados pelo turismo na cidade. Não há um plano institucional de marketing, a divulgação do destino está atrelada, exclusivamente, aos eventos; inexistente material impresso gratuito que ajude o visitante a entender e interpretar o local e a região; pontos turísticos centrais, como igrejas e museus, não abrem aos finais de semana e feriados; a oferta de equipamentos de lazer e entretenimento e de serviços de alimentação e hospedagem é precária; os circuitos turísticos não são bem estruturados; são expressivos os

problemas de segurança pública e poluição sonora, dentre outros (Dias, 2017). As organizações locais direcionadas ao turismo cultural apresentam inúmeras fragilidades, envolvendo desde a qualidade dos serviços ofertados, instalações, acesso a recursos financeiros, até a sua capacidade de realização de parcerias, de fortalecimento da rede do turismo, de articulação para a cobrança mais direcionada das ações públicas e de uma atuação protagonista na definição de propostas para o desenvolvimento do turismo cultural.

PESQUISA DIRETA E REDE DO TURISMO CULTURAL

A pesquisa direta realizada para este trabalho objetivou analisar as organizações do turismo cultural de Cachoeira, conhecendo o perfil dos seus gestores, os desafios e ações direcionadas ao desempenho organizacional e suas avaliações em relação à importância e à atuação dos poderes públicos no turismo cultural. Em adição, partindo da premissa de que os atores do turismo cultural tecem redes formais, aquelas que emergem de acordos, convênios, políticas públicas e instituições, ou informais, estruturadas a partir das interações profissionais que acontecem na prática, no cotidiano, os respondentes da pesquisa foram convidados a traçar sua rede de parcerias, indicando os seus principais parceiros, aqueles que consideram fundamentais para a atuação da organização que representam e com os quais trabalham ou colaboram frequentemente.

Além da indicação dos nomes, os respondentes foram solicitados a revelar o tipo de relação – fornecedor, produtor cultural, cliente, político, associação e sindicato, setor público, grupo religioso, empresa, organização cultural e outros apoiadores; o grau da relação de acordo com a frequência (sendo 1 pouco frequente e 5 muito frequente), o tipo de parceria (formal e informal) e se esta envolve repasse de recursos, troca de informação, aquisição de produtos/serviços, divulgação, apoio financeiro, projetos, editais públicos, e outros. Esse procedimento foi fundamental à elaboração da Análise de Redes Sociais, através do indicador de centralidade de grau.

A primeira entrevista na cidade foi dedicada à organização pública municipal responsável pela pasta do turismo. Esse gestor, ao responder ao questionário, apontou as organizações mais representativas de cada segmento do turismo cultural, entre bares e restaurantes típicos, agenciamento, hospedagem, museus, organizações religiosas, transporte, confecção e comercialização de artesanato, licores, vinhos e outros produtos típicos, grupos culturais, filarmônicas, organizações promotoras de eventos, etc., as quais foram também investigadas. Utilizando-se do método da Bola de Neve (Snowball), em que um ator entrevistado indica outro, as entrevistas foram aplicadas junto a 83 organizações do turismo cultural, entre abril e julho de 2018.

Observa-se que, em face ao conteúdo avaliativo de algumas questões, sobretudo, aos referentes aos poderes públicos, de modo a se obter respostas mais fidedignas e menos compromissadas com o cargo ou função do entrevistado, foi garantido aos informantes, sigilo quanto as suas identidades. De uma maneira geral, não se obteve negativas quanto à concessão das entrevistas. Considera-se que os resultados foram plenamente alcançados, superando, inclusive, as expectativas iniciais, com uma excelente aceitação na cidade investigada.

RESULTADOS DA PESQUISA DIRETA

Conforme informações levantadas, os entrevistados apresentam, de forma geral, um elevado nível de escolaridade, com curso superior completo (43,4%), sendo também significativos aqueles que possuem o ensino médio (41%). Quanto à cor/etnia, os negros predominam (60,2%), seguidos a larga distância pelos pardos (27,7%). As organizações pesquisadas são, em maior parte, comandadas por homens (69,5%), residentes na própria cidade (mais 90%). Em sua maioria, os gestores não possuem qualificação no turismo cultural (54%) – Tabela 1.

Tabela 1 – Perfil e Local de Residência e Qualificação dos Gestores (em %)

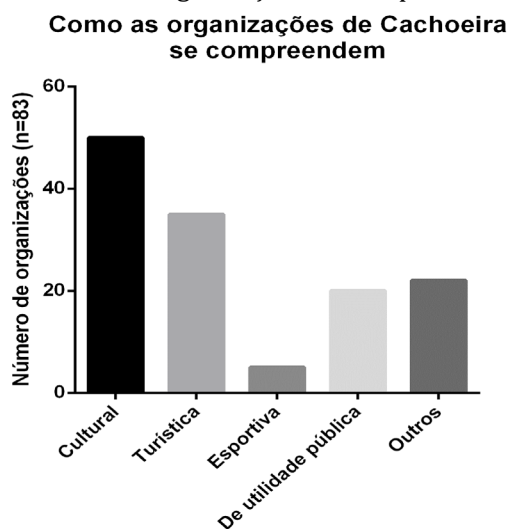
	Cachoeira (N=83)
Escolaridade	n=83
Fundamental Incompleto	7,23
Fundamental Completo	2,41
Ensino médio	40,96
Superior Incompleto	3,61
Superior Completo	43,37
Outros	2,41
Cor e etnia	n=83
Amarelo	-
Branco	7,23
Indígena	-
Pardo	27,71
Negro	60,24
Outros	4,82
Faixa etária	24- 81 anos
Gênero (% de homens)	69,51
Gênero (% de mulheres)	30,49
Cidade em que reside	n=83
Cachoeira	91,23
Muritiba	2,41
Salvador	4,82
São Félix	2,41
Gestores com qualificação no turismo cultural	
Sim	46,00
Não	54,00

Fonte – pesquisa direta, 2018.

No perfil organizacional verifica-se que as unidades entrevistadas se compreendem como atreladas à área da cultura, mais intensamente, e à turística, seguidas por outras alternativas (Gráfico 1). Na cidade predominam as entidades que atuam no turismo cultural exercendo atividades vinculadas, com maior destaque, à cultura e ao resgate (preservação/difusão) cultural, acompanhadas pela gastronomia e dança (Tabela 2). São, sobretudo, empresas privadas e associações, com um número médio

de funcionários, equivalente a 8,4 na cidade baiana. Em geral as organizações revelaram estar legalizadas, possuindo registro (73,5% das que responderam a este quesito). Quanto às atividades desenvolvidas, item que pressupunha a possibilidade de escolha de mais de uma alternativa, ressaltam-se a realização de eventos (43,4%), oficinas e cursos (37,4% cada) e palestras (36,1%) - Tabela 3.

Gráfico 1 - Como as Organizações se Compreendem



Fonte - pesquisa direta, 2018.

Tabela 2 - Áreas de Atuação das Organizações (em %)

	Cachoeira (N=83)
Se atua na área do turismo cultural, em que segmento melhor se identifica?	n=83
Cultura	25,30
Teatro	15,66
Dança	20,48
Religião	18,07
Serviço de guia em roteiros de turismo	15,66
Centro cultural	18,28
Artes plásticas	18,07
Esporte	15,46
Cinema	10,84
Resgate Cultural	25,30
Festas	18,28
Museu	10,84
Gastronomia	24,09
Serviço de agência de viagem	2,41
Meios de hospedagem	16,87
Turismo rural	3,61
Produção / Comercialização de artesanatos e <i>souvenieres</i>	15,46
Outros	20,48

Fonte - pesquisa direta, 2018.

A principal dificuldade vivenciada pelas organizações pesquisadas é, destacadamente, a captação de recursos (para 69,9%), seguida pelo acesso a recursos públicos (51,8%). Em síntese, embora as organizações se defrontem com outros entraves ao seu funcionamento, como o desenvolvimento de parcerias, a comercialização de produtos e serviços, acesso à mão de obra qualificada ou conhecimento para realização de projetos, o acesso a recursos financeiros, sejam públicos ou procedentes de outras fontes, é o maior problema enfrentado (Tabela 3).

Tabela 3 – Perfil Organizacional e Dificuldades Enfrentadas (em %)

	Cachoeira (N=83)
Quantidade de funcionários (média)	8,35
Tipo de organização	(n=78)
Associação	26,92
Cooperativa	2,56
Empresa privada	48,72
ONG	7,69
Organização pública estadual	2,56
Organização pública federal	3,85
Organização pública municipal	2,56
OSCIP	1,28
Outras	3,85
Organização registrada (% de sim)	73,49
Cursos	37,35
Eventos	43,37
Exposições	31,33
Hospedagem	15,66
Oficinas	37,35
Palestras	36,14
Trilhas de visitas	18,07
Outros	18,07
Quais as principais dificuldades enfrentadas pela organização?	
Captação de recursos	69,88
Comercialização dos produtos/serviços	39,76
Acesso à mão de obra qualificada	38,55
Conhecimento para realização de projetos	33,73
Desenvolvimento de parcerias	46,99
Acesso a recursos públicos	51,81
Relação com fornecedores	20,48
Dificuldade de captação de novos associados	18,07
Outras	25,30

Fonte – pesquisa direta, 2018.

Quando indagados sobre a importância da gestão pública para o desenvolvimento de cidades e regiões turísticas e culturais, os entrevistados, em sua maioria

(78,3%) atribuíram a este item a pontuação máxima (5). Embora os percentuais de relevância estejam relativamente próximos para as três esferas do poder executivo (municipal, estadual e federal), os entrevistados apontaram como mais importante nesse item a ação do poder público estadual (69,9%) – Tabela 4. Provavelmente, essa percepção justifique-se dada à tradição, de longas datas, de uma mais intensa atuação do governo do estado no turismo baiano, quando comparado às municipalidades.

Na avaliação da ação dos poderes públicos nos últimos 10 anos no turismo cultural da cidade, em uma escala de 1 (mínimo) a 5 (máximo), a maior nota dada pelos respondentes aos poderes públicos foi a 3 (27,7% ao municipal, 37,4% ao estadual e 25,3% ao federal) e a maioria optou por notas de 0 a 3 (74,7%; 62,6% e 63,9% respectivamente). Na análise restrita aos últimos cinco anos a nota três foi igualmente a mais empregada em termos individuais e a maioria avaliou cada um dos três poderes com notas entre zero e três.

Na opinião do grupo pesquisado a existência de cooperação dos poderes públicos com as organizações do turismo cultural objetivando o desempenho da atividade é ainda muito restrita. A nota individual de maior ocorrência na cooperação com os poderes públicos municipal e estadual é a 2s (empregada, individualmente, por 22,9% e 21,7%, respectivamente) e com o federal, a nota zero (por 21,7%).

Não se buscou aqui analisar a atuação de um gestor em especial, mas da gestão pública ao longo de um período. Daí a opção pela investigação de um tempo cronológico (10 e 5 anos) distinto da duração de uma gestão. Há que se observar, de modo geral, certo descontentamento para com as gestões públicas. Esse descontentamento é mais notório quando a análise recai sobre o curto prazo (cinco anos) e quando se refere à cooperação dos poderes públicos com as organizações de turismo cultural (Tabela 4).

Tabela 4 – Importância e Avaliação do Poder Público

Cachoeira (N=83)						
	Maioria 5	Maior Nota Individual 3	Maioria de 0 a 3	Maior Nota Individual 2	Maioria de 0 a 2	Maior Nota Individual 0
Como avalia a importância da gestão pública no desenvolvimento de cidades/regiões turísticas e culturais? (% de maioria na escala 1 - 5)						
	78,31					
Como avalia a importância dos poderes públicos municipal (PPM), estadual (PPE) e federal (PPF) no desempenho do turismo cultural da cidade?(% de maioria na escala 1 - 5)						
	Maioria 5					
PPM	67,47					
PPE	69,88					
PPF	68,67					
Como avalia a atuação dos poderes públicos municipal (PPM), estadual (PPE) e federal (PPF) no turismo cultural desta cidade nos últimos 10 anos? (% de maioria na escala 1 - 5)						
PPM		27,71	74,70			
PPE		37,35	62,64			
PPF		25,30	63,85			

(continua...)

Tabela 4 – Continuação

Como avalia a atuação dos poderes públicos municipal (PPM), estadual (PPE) e federal (PPF) no turismo cultural desta cidade nos últimos 05 anos?						
PPM		28,92	77,12			
PPE		29,27	66,27			
PPF		26,51	71,08			
Em sua opinião, existe cooperação entre os poderes públicos municipal (PPM), estadual (PPE) e federal (PPF) e as organizações do turismo cultural (OTC) visando o desempenho da atividade?						
PPM			65,05	22,89		
PPE			62,65	21,69		
PPF					55,42	21,69

Fonte – pesquisa direta, 2018.

REDE DO TURISMO CULTURAL DE CACHOEIRA

A análise de redes sociais (ARS) tem-se expandido acentuadamente na contemporaneidade, dentre outros fatores, dada a sua capacidade de conceber um mapa de interações entre atores e organizações, possibilitando uma mais ampla compreensão das relações travadas, dos fluxos de comunicação e de intercâmbio de informações entre os atores e permitindo definições de estratégias de ação com vistas ao alcance de melhores resultados futuros. A interpretação dos grafos e indicadores via ARS viabiliza intervenções na rede, melhor gerenciamento de conhecimento, informação e aprendizagem organizacional (Gobbo, 2016).

A análise relacional da rede de parceiros do turismo cultural de Cachoeira, composta por fornecedores, produtores culturais, políticos, organismos do setor público, grupos religiosos, empresas, organizações culturais, associações, sindicatos, conselhos e outros, indica, quanto ao tipo de parceria travada, a predominância das informais (65,4%) e, portanto, mais frágeis, destituídas de um suporte legal. As formais são estabelecidas principalmente com o setor público (26,8%), seguido por produtores culturais (21,3%) e fornecedores (16,3%). Nas informais predominam aquelas travadas com fornecedores (42,8%), seguidos à distância por empresas (10,6%) e grupos religiosos (10,2%) – Tabela 5.

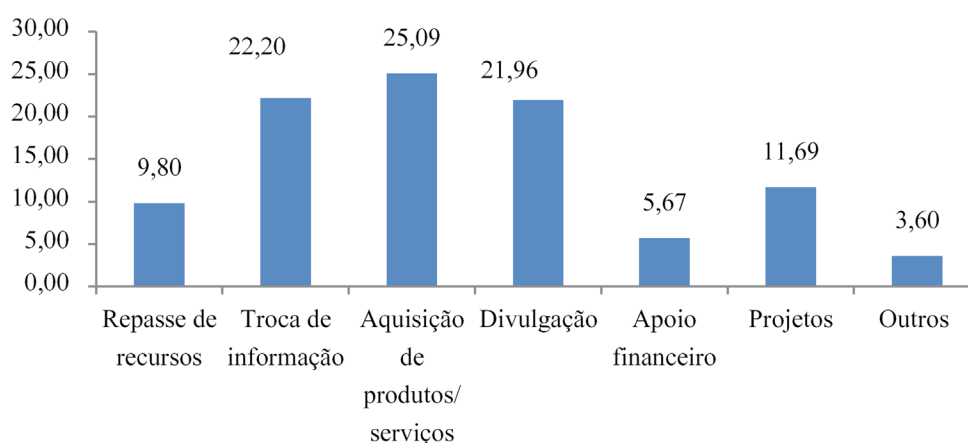
Tabela 5 – Tipos de Parceiros no Turismo Cultural de Cachoeira (em %)

	Parceria formal	Parceria informal
Fornecedor	16,32	42,79
Produtores culturais	21,34	8,65
Políticos	0,42	1,11
Setor Público	26,78	5,32
Grupos religiosos	8,79	10,20
Empresas	6,69	10,64
Organizações Culturais	8,79	8,65
Associações, sindicatos, conselhos	8,79	4,88
Outros	2,09	7,76
Total	34,64	65,36

Fonte – pesquisa direta, 2018.

Dentre as razões para busca de parcerias pelas organizações sobressaem a aquisição de produtos e serviços (25,1%), troca de informação (22,2%) e divulgação (22%) - Gráfico 2. Ou seja, as organizações procuram parceiros no sítio baiano porque necessitam de fornecedores, de intercambiar e veicular informações, inclusive virtualmente. As organizações ainda estabelecem laços restritos para o desenvolvimento de projetos coletivos e, de forma ainda menos expressiva, para apoio financeiro, o que certamente contribui para aguçar a dificuldade de acesso a recursos financeiros, apontada, como mencionado, enquanto principal dificuldade das unidades pesquisadas.

Gráfico 2 – Motivação para as Parcerias no Turismo Cultural de Cachoeira (em %)



Fonte – pesquisa direta, 2018.

A compreensão da centralidade, que constitui um dos primeiros usos da Teoria dos Grafos, possibilita a interpretação da rede social através da análise do comportamento dos atores que a compõem. Esse comportamento pode ser percebido via métricas de centralidade de grau, de proximidade ou de intermediação que permitem descrever a localização de indivíduos em termos de quão perto estão do centro da ação na rede. Estudando centralidade e poder, Hanneman (2001) destaca que a perspectiva das redes tem contribuído para a análise de uma das propriedades fundamentais das estruturas sociais: o fenômeno do poder. Nesse contexto, a maneira como um ator está inserido em uma rede relacional, ou seja, a sua posição estrutural na rede, poderá lhe impor restrições ou, ao contrário, gerar oportunidades não alcançadas pelos demais.

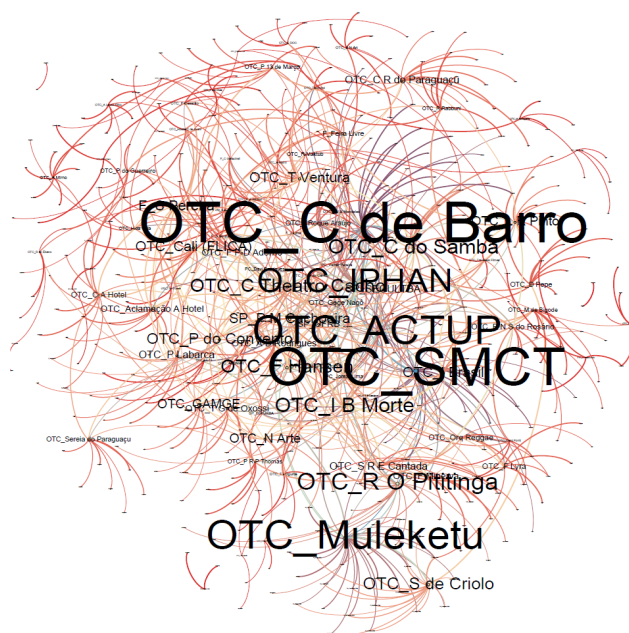
No caso específico, a rede de Cachoeira é considerada como não-dirigida, ou seja, aquela que envolve reciprocidade nas relações de parceria. Em redes não-dirigidas a conexão entre os vértices não tem uma direção. Se o ator (i) estabelece relação de parceria com o (j), o ator (j) também terá o (i) como parceiro. A métrica da centralidade de grau será aqui utilizada como mecanismo de ARS, identificando os atores que se destacam pela preeminência das relações estabelecidas localmente, aqueles que estão usualmente localizados em posição estratégica na rede, bem como os que possivelmente detêm o maior poder.

A definição mais simples de centralidade do ator corresponde à ideia de que os atores centrais devem ser os mais ativos, os que detêm um número maior de ligações com outros atores da rede. O grau de um dado vértice ou nó na rede, aqui também denominado ator (label), corresponde ao número de arestas

(edges), ou ligações adjacentes ao nó. Um ator com um alto nível de centralidade, medido pelo seu grau, é aquele que se encontra envolvido em muitos laços, o que “concentra a ação na rede” (Wasserman, Faust, 1994), o que tem mais oportunidades, maior número de contatos diretos e, portanto, mais elevado nível de comunicação, e maiores alternativas que os demais atores, porque tem mais opções, e, em decorrência, maior autonomia, o que o faz menos dependente frente a outros atores específicos, e, portanto, mais poderoso (Hanneman, 2001).

O estudo realizado em Cachoeira possibilitou a construção de uma rede não-dirigida, com 452 atores (nós) e 727 arestas e quatro componentes conectados (Figura 1), ou seja, a rede possui três grupos (componentes) desarticulados do conjunto central, também denominado componente gigante. Esses três grupos, compostos por três atores cada, não travam, nas atividades investigadas na pesquisa direta, qualquer conexão ou parceria com os atores do grupo central. Dada a pequena relevância desse grupo, será aqui analisado exclusivamente o componente gigante (conjunto de vértices conectado), que representa 98,5% do total das organizações, procedimento recomendado quando o conjunto de vértices conectado corresponde a 70% ou percentual mais elevado do total de nós da rede Newman (em Campus, et. al., 2017:119-120).

Figura 1 – Rede de Parceiros das Organizações do Turismo Cultural de Cachoeira/Bahia



Fonte – Pesquisa direta, 2018.

Nessa rede, com grau médio equivalente a 3,25, significando que, em média os atores estão conectados com aproximadamente três outros, os maiores índices de centralidade de grau no grupo dos Top 20 (20 vértices mais expressivos no indicador – Tabela 6) são apresentados pela Casa de Barro, organização não-governamental que mantém vínculo com cerca de 8,5% dos demais nós, Secretaria Municipal de Cultura e Turismo (8,1%), o grupo cultural Muleketu (7,0%) a Associação de Condutores de Turismo do Paraguaçu (7,0%) e o Iphan (6,3%). As organizações citadas são, portanto, aquelas que apresentam um maior número de parceiros, travam um maior número de conexões na rede do turismo

cultural de Cachoeira, sendo mais poderosas por serem mais populares, ocuparem posições vantajosas, tendo maior acesso a recursos da rede, atuando como intermediários entre outros nós, e assim, apresentando menor dependência em relação aos demais vértices.

Tabela 6 – Centralidade de Grau na Rede de Atores do Turismo Cultural de Cachoeira

Vértice	Grau (Degree)	Grau Normalizado
Casa de Barro	38	8,54
Secretaria Municipal de Cultura e Turismo	36	8,09
Muleketu	31	6,97
Assoc. do Cond. de Tur. do Parag. (ACTUP)	31	6,97
Iphan	28	6,29
Rádio Olha a Pititinga	23	5,17
Casa do Samba	21	4,72
Irmandade da Boa Morte	21	4,72
Fundação Hansen	20	4,49
Cine Theatro Cachoeira	20	4,49
Samba de Criolo	19	4,27
Pousada do Convento	18	4,04
Feira Literária Intern. de Cachoeira (FLICA)	17	3,82
Identidade Brasil	17	3,82
Terreiro Ventura	17	3,82
Supermercado Pereira	17	3,82
Prefeitura Municipal de Cachoeira	17	3,82
Licor Roque Pinto	16	3,60
Grupo GAMGE	16	3,60
Núcleo Arte	16	3,60

Fonte – Pesquisa direta, 2018

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente artigo, analisando o turismo urbano cultural na cidade histórica de Cachoeira, permitiu identificar que apesar do amplo leque de atributos, ainda são expressivos os entraves que dificultam a expansão da atividade turística e possível contribuição ao desenvolvimento econômico local. São questões atreladas a socioeconomia local e também a forma de gestão dessa atividade econômica que não é vista historicamente como prioritária pelas políticas públicas. Apesar da importância dos seus bens de natureza material e imaterial, o turismo cultural deste centro urbano conta com apoio restrito de organismos de fomento, sejam públicos ou de outra natureza, e ampla desassistência no que se refere ao aparato público de apoio – segurança, limpeza, qualificação das vias, divulgação e outros.

Compreendendo a complexidade que envolve o desenvolvimento do turismo e a inadequação do uso de propostas e modelos padronizados em distintas realidades territoriais, e, ao mesmo tempo, a existência de uma gama de fatores externos ao

destino que impactam os resultados dessa atividade, sobre as quais este tem pouco ou nenhuma capacidade de interferência, como definições de política econômica governamental e movimentos do mercado turístico mundial, este trabalho buscou aprofundar o conhecimento sobre um recurso fundamental ao êxito do turismo cultural em um território: as organizações locais direcionadas à atividade.

Optou-se por dar voz, através de pesquisa direta, aos atores/organizações do turismo cultural, identificando o perfil organizacional e dos gestores, áreas de atuação, avaliações em relação à importância e atuação dos poderes públicos. Em adição, foi também investigada a percepção desse conjunto quanto as redes de parceria intraorganizacionais travadas e o papel dos poderes públicos nessas redes. A análise de redes tornou-se um subsídio fundamental, permitindo conhecer as alianças entre parceiros considerados pelas unidades entrevistadas como de relevo para a atividade que desenvolvem, bem como a conformação de cada rede, seus atores centrais, os mais influentes e poderosos e as fragilidades apresentadas.

De forma geral, as unidades entrevistadas são geridas por homens, atuam no turismo cultural exercendo atividades vinculadas, com maior destaque, à cultura e preservação e difusão cultural, gastronomia, dança e hospedagem. Embora se defrontem com diversos entraves ao seu funcionamento, como acesso à mão de obra qualificada, conhecimento para realização de projetos ou desenvolvimento de parcerias, o acesso a recursos, sejam públicos ou procedentes de outras fontes, é o maior problema enfrentado. A gestão pública foi vista como extremamente importante para o desenvolvimento de cidades e regiões turísticas e culturais frente o percentual significativo das organizações investigadas, caminhando em direção as diretrizes da teoria da dependência que recomendam a forte atuação do Estado na economia. Contudo, foram detectadas avaliações pouco favoráveis à ação dessas gestões, seja no âmbito federal, estadual ou municipal, no que se refere à atuação direta na atividade ou à cooperação para com o desempenho das organizações que a compõem.

No tocante às parcerias travadas na rede do turismo cultural, observou-se que estas são estabelecidas, principalmente, devido à necessidade das organizações de interagir com fornecedores, de intercambiar e veicular informações, inclusive via virtual. As organizações ainda estabelecem laços restritos para o desenvolvimento de projetos coletivos e, de forma ainda menos expressiva, para apoio financeiro, dificuldade central enfrentada pelas unidades pesquisadas.

O estudo de centralidade permitiu identificar que na rede analisada o organismo municipal de gestão do turismo apresenta posição de relevo, assim como a autarquia federal responsável pela preservação e proteção do patrimônio cultural. A posição da autarquia é facilmente compreendida, por tratar-se de cidade patrimônio, onde a interferência desse órgão tende a ser significativa. A ampla participação do órgão municipal de gestão do turismo, que a princípio poderia ser percebida como fruto de intensa atuação governamental, quando interpretada à luz das demais informações coletadas na pesquisa, indica uma dependência expressiva de parte dos componentes da rede em relação ao poder público. São, em geral, grupos culturais tradicionais cuja manutenção está a cargo de comunidades, muitas delas de baixa renda, que os mantém atravessando inúmeras dificuldades. Grupos muitas vezes não privilegiados e nem prestigiados pelas políticas públicas, contando com ações pontuais, descontínuas e que não prezam pela sua manutenção, proteção e difusão.

As empresas privadas demonstram uma atuação ainda restrita na rede em análise, e a Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, cujo campus local foi implantado em 2006, não consta nessa relação no que se refere à centralidade de grau. Ou seja, sua atuação na rede do turismo cultural de Cachoeira ainda requer maior fortalecimento.

Em síntese, o estudo realizado no sítio baiano serviu para indicar que, no Brasil, mesmo em cidades históricas consideradas patrimônio nacional, o turismo cultural não é percebido e tratado como prioridade pelos gestores locais. De forma geral, as gestões públicas ainda necessitam apoiar mais intensamente esta atividade. Mas, independentemente do Estado, as organizações e atores locais podem ampliar sua participação no turismo cultural, definindo suas diretrizes, utilizando-se de ações como o fortalecimento das suas redes sociais. As redes podem se formar naturalmente ou impulsionadas por organizações, a exemplo de uma universidade.

Espera-se que essa e outras cidades brasileiras compreendam a importância das ações em parceria para o fortalecimento das suas organizações e do seu turismo cultural. E, em adição, que percebam que esse movimento depende, sobremaneira, do protagonismo dos atores locais. Sem conhecimento, articulação e cobrança aos organismos competentes, será muito difícil alterar a realidade. Quiçá este possa ser um possível caminho para que o turismo possa desenvolver-se neste e em outros espaços urbanos do Brasil.

REFERÊNCIAS

- Allis, T., & Vargas, H. (2015). Turismo Urbano em São Paulo: reflexões teóricas e apontamentos empíricos. *Revista Turismo Em Análise*, 26(3), 496-517. [https://doi.org/10.11606, 496-517](https://doi.org/10.11606/496-517).
- Chavoya, G.; Morales, H. & Rendón, C (2018). Escenarios emergentes del turismo, apuntes sobre desarrollo local. *Revista Turydes: Turismo y Desarrollo*, n. 24. Recuperado de: <https://www.eumed.net/rev/turydes/24/talpa-allende.html>.
- Campus, M., Guimarães, M., Ferreira, L. & Alvares, L. (2017). *Estudo da rede de colaboração científica em nanotecnologia na Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária*. Campinas: TransInformação.
- Dias, P. (2017). *Turismo de Experiência: instrumento de alavancagem econômica e social para a cidade de Cachoeira*. Dissertação (mestrado). Cruz das Almas: Mestrado em Gestão de Políticas Públicas e Segurança Social, UFRB.
- Faria, D. M. C. P. (2017). *Um museu no meio do caminho: Inhotim e o desenvolvimento regional*. Curitiba: Editora Prismas.
- Furtado, C. (1985). *O mito do desenvolvimento econômico*. São Paulo: Círculo do livro.
- Gobbo, S. (2016). *Aplicação da teoria de redes no contexto de uma rede de médicos com vínculos profissionais em unidades de saúde públicas e privadas*. São Paulo: USP.
- Hanneman (2001). *Introducción a los métodos del análisis de redes sociales*. Califórnia: Universidad de California Riverside.
- Ouriques, H. (2005). *A produção do turismo: fetichismo e dependência*. Campinas, SP: Alínea.
- Queiroz, L. & Souza, R. (2009). *Caminhos do Recôncavo: proposição de novos roteiros histórico-culturais para o Recôncavo baiano*. Salvador: Programa Monumenta, UNESCO.

Rabahy, W. (2003). *Turismo e desenvolvimento: estudos econômicos e estatísticos no planejamento*. Baurueri, São Paulo: Manole.

Rodrigues, M. (2009). *Políticas culturais no município de Cachoeira-Bahia: avanços e desarticulações*. (V ENECULT, 27-29 de maio de 2009). Recuperado de: www.cult.ufba.br/enecult2009/19174.pdf.

Santos, M. (2005) *O retorno do território*. Em: Observatório Social de América Latina. Año 6 no. 16 (jun.2005). Buenos Aires: CLACSO.

Sharpley, R. (2009). *Tourism Development and the Environment: Beyond Sustainability?* London: Eartscan.

Silva, S. (2003). Organização sócio-territorial e dinâmica dos lugares e regiões. Em: SBM Silva, BCN Silva (Eds.). *Estudos sobre globalização, território e Bahia*, Salvador: UFBA. Mestrado em Geografia, Departamento de Geografia, (p. 17-32).

Wasserman, S., Faust, K. (1994) *Social Network Analysis - Methods and applications*. Cambridg: University Press.

Vera, F. (1996). La variable territorial en los procesos de desarrollo turístico. Em: *Arquitectura y turismo: planes y proyectos*. Barcelona: UPC, Dep. de Urbanismo y Ordenación del Territorio, (p.87-98).

Vera F. (1997). *Análisis territorial del turismo*. F Vera (Coord.). Barcelona: Ariel Geografia, 443p.

Recebido em: 23/09/2018

Aprovado em: 17/05/2019

CONTRIBUIÇÃO

Lúcia Maria Aquino de Queiroz: Definição do problema de pesquisa e objetivos; desenvolvimento da proposição teórica; realização da revisão bibliográfica e fundamentação teórica; escolha dos procedimentos metodológicos; coleta de dados e análise de dados; realização de cálculos e projeções; revisão crítica do manuscrito; redação do manuscrito; adequação do manuscrito às normas da RTA.

Diomira Maria Cicci Pinto Faria: Definição do problema de pesquisa e objetivos; desenvolvimento da proposição teórica; realização da revisão bibliográfica e fundamentação teórica; escolha dos procedimentos metodológicos; revisão crítica do manuscrito e redação do manuscrito.